

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL**

MARIA CLARA DIAS ROCHA

**FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS
no Município de Barra do Pirai**

NITERÓI

2012

MARIA CLARA DIAS ROCHA

FORMAÇÃO DE AGENTES CULTURAIS

no Município de Barra do Piraí

Monografia apresentada ao Curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Produção Cultural.

Orientador: Me Luiz Mendonça

Niterói

2012

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha esperança e confiança em todos os momentos.

À minha família, em especial ao meu amado pai, Fernando Rocha, maior patrocinador e grande incentivador dos meus sonhos, e ao meu tio Nestor Rocha, eterno otimista, pela confiança em mim e no meu melhor.

Aos amigos Érika Lorena e Moreno Pimentel pelas horas de estudos e dedicação e por darem início à conquista de hoje.

Às companheiras de profissão Joana Martins, Karen Neumann, Luciana Parente, Nalini Castro e Renata Coelho por tornarem a vida universitária mais feliz e memorável.

Às amigas Caroline Rezende, Juliana Marques e Ludmila Galhardo pelo amor, amizade, companheirismo e paciência incondicionais de todos esses anos. Amo vocês!

Ao Sergio Augusto Caçador, Thais Dalloz e Marinalva Conceição, minha família niteroiense, pelo companheirismo e amizade.

Ao Igor Couto, amigo sempre atencioso e disposto.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO	8
2.1 Políticas Públicas.....	8
2.2 Políticas Públicas de Cultura.....	10
2.2.1 <i>Políticas Públicas de Cultura no Brasil</i>	12
3. FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA	16
4. DINÂMICA LOCAL: BARRA DO PIRAÍ	20
5. PROJETO.....	25
5.1 Apresentação.....	25
5.2 Justificativa	26
5.3 Objetivos.....	27
5.3.1 <i>Objetivo geral</i>	27
5.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	27
5.4 Localização.....	28
5.5 Público alvo	29
5.8 Metodologia	32
5.9 Resultados esperados	34
6. CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXO: Centro Cultural de Barra do Pirai.....	39

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar em seu projeto inicial perspectivas para a formação de agentes culturais no município de Barra do Piraí localizado no sul do estado do Rio de Janeiro. Com o presente trabalho serão apresentados alguns pontos sobre a formação em organização cultural, de suma importância para que possam gerar, por exemplo, uma reflexão sobre o fomento as políticas públicas para a cultura do município.

Para melhor entendimento do projeto, o presente trabalho será dividido em duas partes, a primeira apresentando-se como um dossiê que traz os aspectos mais relevantes das temáticas relacionadas ao projeto, são elas as questões que permeiam as políticas públicas para a cultura e a formação de agentes culturais. Já a segunda parte, aborda o projeto em si.

O primeiro capítulo apresenta os conceitos que permeiam as políticas públicas e culturais no Brasil, onde claramente pode ser percebido um movimento de constante descontinuidade no processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura.

O segundo capítulo traça um panorama sobre a formação em organização da cultura e analisa mais detidamente o caso brasileiro e suas singularidades, entendendo que em nosso país este campo engloba os estudos em políticas culturais, gestão cultural e produção cultural.

O terceiro capítulo traz um panorama da dinâmica social e cultural do município de Barra do Piraí. A partir do entendimento do desenvolvimento histórico, social e cultural da região e, em especial, da cidade, e da vivência e observação social e cultural no município o capítulo buscou identificar as aspirações, necessidades e potencialidades do local.

Assim, surgiu a ideia de se desenvolver o projeto de formação de agentes culturais para o município de Barra do Piraí. Esse projeto não é resultado de uma ideia desvinculada das demandas concretas dessa localidade, nem tão pouco de uma construção recente e fragmentária, mas de tessituras que vão ser produzidas

entre os artistas e produtores culturais locais, produzindo experiências que buscam equacionar as complexas e diversas demandas existentes.

Por fim, o presente escrito se encerra apresentando as considerações finais sobre os temas que permeiam a formação em organização da cultura e sua importância para o desenvolvimento do setor e o para o fomento de políticas públicas para a cultura do município.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

2.1 Políticas Públicas

As políticas públicas são o conjunto de ações conduzidas de forma planejada e coordenada pelo Estado, nas escalas federal, estadual e municipal, que visam ao atendimento das necessidades de determinados setores da sociedade. Podem ser pensadas e desenvolvidas em parcerias com diferentes organizações governamentais ou não.

Segundo Calabre (2003) as políticas públicas surgiram na Europa como área de conhecimento a partir de trabalhos pautados em teorias sobre o papel do Estado e do governo, ambos produtores de políticas públicas. Nos Estados Unidos, por sua vez, a área surge como disciplina acadêmica sem basear-se nos estudos teóricos sobre a atuação do Estado e preocupando-se diretamente na ação dos governos.

A autora afirma que, na prática, a utilização da política pública como instrumento nas ações do governo, se deu a partir da Guerra Fria. A intenção era mostrar como uma guerra poderia ser conduzida de forma racional. Nos anos posteriores, seguiram a aplicação destes métodos científicos para a formulação e decisões de questões políticas do governo.

O artigo *'Políticas Públicas: uma revisão da literatura'*, da cientista política Celina Souza é uma referência quando se fala em políticas públicas, pois, embora sejam muito faladas, ainda são pouco conhecidas. Seja pelo seu conceito literal ou pela sua aplicabilidade na prática. Ter esse conhecimento, explica a autora, é importante para facilitar a compreensão e entender "como e porque os governos optam ou não por determinadas ações". (2006, p.22)

Para Celina não existe uma definição determinada sobre o que seja Política Pública, vários autores conceituam de acordo com sua área de estudo, ou seja, se é um economista, cientista político, geógrafo, sociólogo, etc. No artigo referido a mesma coloca algumas definições, mas deixa claro que, para entender as políticas públicas é preciso responder, dentro das ações dos governos, quem ganha o quê, por que e que diferença isso faz. Também entender que estas ações estão ligadas a programas de governos muito mais que de Estado, ou seja, é a forma de como cada governo age para solucionar os problemas sociais.

O estudo no campo das políticas públicas parte do pressuposto de que ações governamentais são passíveis de ser cientificamente analisadas, buscando assim, como ramo da ciência política, entender como e por que os governos optam por determinadas ações e saber que tais ações terão efeito na vida cotidiana de todos os cidadãos.

O Estado possui uma autonomia relativa para formular as políticas públicas, porém não está livre das influências internas e externas. Tal autonomia está condicionada a fatores de diferentes momentos históricos de cada país.

Não são apenas os governos que elaboram e executam as políticas, apesar de sua autonomia, existem outros segmentos que também se envolvem nessas ações, como exemplo os movimentos sociais. Porém, isso não significa que os governos percam espaços ou importância nas decisões, apenas que necessitam mediar interesses e fazer alianças.

A partir dos principais modelos de formulação e análise das políticas públicas de diferentes autores, pode-se observar como os estudos sobre essa temática são tão complexos no campo das ciências. Os tipos e modelos são classificados da seguinte forma:

- O tipo de política pública, onde a teoria mais conhecida é do escritor Theodor Lowi, que afirma “cada tipo de política vai encontrar diferentes formas de apoio e de rejeição”. Esta pode assumir quatro formatos diferentes – política distributiva; políticas regulatórias; políticas redistributivas e as políticas constitutivas.
- Modelo incrementalista, considera que as decisões dos governos seriam apenas incrementais e pouco substantivas;
- O ciclo da política pública, quer ver a política como ciclo, formada por vários estágios que são eles: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

- O modelo “lata de lixo” ou *garbage can*, segundo este modelo, por existir vários problemas e poucas soluções e a compreensão dos problemas e soluções serem limitadas opera-se um sistema de tentativas e erros.
- O modelo da coalizão de defesa, que defende que crenças, valores e ideias são importantes no processo de formulação das políticas públicas e que muitas vezes são ignoradas pelos modelos descritos acima.
- O modelo de arenas sociais, que entende que “para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito” aí entram em cena os empreendedores políticos que irão buscar variados recursos para que suas demandas sejam atendidas. Tais empreendedores são compostos por redes sociais.
- O modelo do “equilíbrio interrompido”, onde a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade, interrompidos por períodos de instabilidade que geram mudanças nas políticas anteriores.

Além de conhecer e entender os modelos e tipos de políticas públicas é também importante saber qual o papel das instituições na sua formulação e decisão, pois política pública, dentro de uma democracia, é uma questão coletiva de distribuição de bens coletivos, onde as instituições possuem poder decisório na implementação das políticas.

O principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político e à sociedade política, e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

2.2 Políticas Públicas de Cultura

As noções de políticas culturais são múltiplas. Segundo define Calabre (2003) “por política pública de cultura estamos considerando um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura”. Pode-se dizer também que são as ações direcionadas para o setor cultural e são compostas por políticas sistemáticas, institucionalizadas e com continuidade.

Outro conceito de políticas públicas de cultura é o formulado por Canclini (2001, p.65):

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civis y los grupos comunitarios a fin de orientar El desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos e materiales en la actualidad.

Através de sua definição Canclini entende as dimensões inerentes às políticas culturais onde ele considera que toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e ações desenvolvidas ou a serem implementadas, para isto, os objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais. Através do estudo deles podem ser explicitadas as concepções de mundo, que orientam as políticas culturais e as repercussões pretendidas da intervenção político-cultural na sociedade.

Por política cultural, McGuigan entende não apenas as ações concretas, mas, a partir de uma concepção mais estratégica, “o confronto de idéias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos” (1996, p.1). Nesse sentido, elas são criativas e propositivas, ao produzirem discursos, e detentoras de poder simbólico atuantes no campo cultural.

A delimitação e caracterização dos agentes atuantes das políticas culturais é outra questão essencial para o estudo das políticas culturais. O Estado é responsável pela formulação e implementação de tais políticas, mas não é o único agente atuante, uma vez que as políticas públicas de cultura são o resultado da complexa interação entre agências estatais e não-estatais. Assim, políticas públicas de cultura podem ser desenvolvidas por uma pluralidade de agentes político-sociais, não somente o Estado, desde que tais políticas sejam submetidas obrigatoriamente a algum controle social, através de debates e crivos públicos.

Para fomentar a cultura política é preciso “estimular formas de auto-organização e, sobretudo das camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania participativa” isso é o que aconselha a autora Marilena Chauí em seu artigo ‘*Cultura política e política cultural*’ (p.71). Nesse artigo a autora relata a

experiência da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, que pela primeira vez estava vivenciando a fato ser governada por um partido de esquerda (PT).

Dentro dos vários desafios que esse novo governo tinha, um deles era colocar em prática um projeto desenvolvido pela Secretaria de Cultura: projeto cidadania cultural, que possuía os seguintes objetivos: alargar o conceito de cultura, estimulando um conceito mais amplo, pois todos os grupos e indivíduos são seres culturais e sujeitos culturais; negar o Estado como produtor cultural, mas sim como um fomentador/estimulador cultural da sociedade, contra a dicotomia entre cultura popular e de elite. O projeto visava ainda formação, informação e reflexão crítica, lazer e solidariedade social, garantir acesso aos bens culturais e a criação cultural.

Para alcançar tal êxito era necessário superar alguns obstáculos, que a autora define como “mecanismos que determinam as operações, funcionamentos e reproduções do imaginário social e político no Brasil: mecanismo mitológico, ideológico e o político” (CHAUÍ, p.72).

Baseando-se obrigatoriamente para ser concretizada em princípios e recursos administrativos, orçamentários e legais, toda política cultural deve ser desenvolvida de forma abrangente por se tratar de uma ação voltada para todos os segmentos da sociedade. A ênfase deste tipo de ação governamental está na cultura ao alcance de todos, preocupando-se, assim, mais com a democratização da cultura.

2.2.1 Políticas Públicas de Cultura no Brasil

Embora a relação entre o Estado e a cultura seja muito antiga, Rubim afirma em seus estudos que é nova a ideia que a cultura seja uma área que deva ser abordada sob a ótica das políticas estatais. Na última década foram intensificadas as discussões acerca da responsabilidade do Estado sobre a produção cultural e dos princípios que devem reger a elaboração das políticas culturais, tanto no âmbito da administração federal como no dos governos locais.

Os estudos de políticas culturais abrangem diferentes áreas disciplinares e têm se caracterizado, em geral, pela análise empírica de experimentos efetivos de

políticas culturais, desenvolvidas em espaços e tempos determinados. Esses estudos são trabalhos baseados em momentos específicos acontecidos em dinâmicas nacionais e locais e sobre algumas temáticas específicas inscritas nas políticas culturais, como o financiamento da cultura.

No Brasil, segundo Souza (2006) a cultura tem-se colocado na seguinte forma:

- Liberal, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis. Na qualidade de artes liberais, as belas-artes são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais;
- Estado autoritário, o Estado como produtor oficial de cultura e censor de produção cultural a sociedade civil;
- Populista, entendida como produção cultural do povo;
- Neoliberal, que identifica cultura e evento de massa consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais.

Para Souza “no Brasil, uma política cultural torna-se inseparável da invenção de uma cultura política nova e que assinalem as dificuldades ou o desafio para implantá-la” (p.80)

A elaboração de políticas públicas governamentais para o setor cultural, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, ainda é recente e teve início no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945). Foi o tempo da construção de instituições voltadas para setores onde o Estado ainda não atuava e do fortalecimento de indústrias culturais, como a cinematográfica, a radiofônica, a editorial e a jornalística.

Desde então, uma das atribuições para a ausência da tradição na formação de gestores culturais é a frágil política cultural na esfera federal que se deu até o final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Pode-se

afirmar que o governo não elaborou propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o setor cultural com continuidade. Este fato nos permite concluir que as leis de incentivo tornaram-se a política cultural do Ministério da Cultura na gestão do Presidente em questão.

Durante muito tempo foi possível observar uma série de iniciativas na direção da elaboração de linhas de atuação das políticas públicas de cultura, que inúmeras vezes foram abandonadas e retomadas com pequenas alterações por governos que se seguiram. Esse processo de retomadas, de experiências registradas superficialmente e de ações pouco sistemáticas gerou, além do atraso no desenvolvimento político e cultural do país, o desperdício de recursos financeiros e humanos.

Com a posterior mudança de governo e com as transformações no Ministério da Cultura e a ampliação de seus recursos e reorganização de sua estrutura, iniciou-se o favorecimento de uma política pública de cultura que se transforme em uma política de Estado e não de governo. Foram previstas alterações radicais na lei de incentivo a cultura a partir de uma série de fóruns realizados juntos aos diferentes segmentos da área artística e da sociedade.

No governo do ministro da cultura Gilberto Gil (2003 – 2008), foi planejada a criação de diversas secretarias, buscando uma racionalização do trabalho que levasse a uma definição do papel do próprio Ministério dentro do sistema de governo e uma estrutura administrativa que desse suporte à elaboração de novos projetos, ações e de políticas. Os primeiros anos de gestão foram de construção real de um Ministério da Cultura. Desde a criação em 1985, o órgão passou por uma série de crises e processos de descontinuidade.

Assim sendo, foram criadas as secretarias de Políticas Culturais, de Articulação Institucional, da Identidade e da Diversidade Cultural, de Programas e Projetos Culturais e a de Fomento a Cultura. Organizou-se uma nova estrutura administrativa para dar suporte à elaboração de novos projetos, ações e de políticas. As novas mudanças sofridas pelas políticas culturais no país vêm exigindo cada vez mais uma política nacional e sistemática voltada para a formação de formuladores de políticas e gestores culturais.

A qualificação de políticas públicas na área cultural traz um novo paradigma de gestão pública da cultura no país, onde o Estado se assume com um papel fundamental de formular e executar as políticas públicas de cultura; planejar e fomentar as atividades culturais; preservar e valorizar o patrimônio cultural material e imaterial do país; estabelecer marcos regulatório para a economia da cultura; garantir o acesso universal aos bens e serviços culturais; proteger e promover a diversidade das expressões culturais e a participação da sociedade civil. A formação de agentes culturais é um elemento fundamental para garantir esse processo de qualificação das políticas públicas para a cultura.

Os processos culturais vêm sendo considerados fundamentais na configuração do campo da diversidade cultural e da identidade nacional. Os diálogos no campo das políticas culturais devem ocorrer nos mais diversos sentidos, onde as políticas públicas de cultura devem promover a criação de mecanismos que garantam a circulação da cultura nacional e da produção independente nas mídias. A desconcentração desses meios e o apoio à produção regional e nacional nas programações devem estar combinados com a ampliação do acesso da população a esses bens e serviços.

Essas mudanças no cenário cultural vêm exigindo uma política nacional de formação de formuladores de políticas e gestores culturais. Reconhecendo este novo cenário em formação da organização das ações culturais e a necessidade de uma função gerencial na cultura identifica-se a importância de se definir a gestão cultural, o seu campo de atuação profissional e os seus perfis, bem como a metodologia de trabalho e as necessidades formativas para o desenvolvimento profissional.

3. FORMAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO DA CULTURA

A cultura finalmente vem entrando em pauta. Deixada por muitos anos em segundo plano pelo poder público, reconhecida somente como entretenimento ou na valorização das formas mais eruditas, a produção cultural passou a ser vista de outra forma na última década.

A realidade brasileira no que tange o sistema cultural apresenta um déficit na formação e qualificação em organização da cultura nos mais diferenciados níveis de aprimoramento. Identificam-se ações pontuais e não sistemáticas para a formação e capacitação direcionadas à gestão e produção cultural, bem como a ausência de políticas de formação para o setor.

Para Brant (2002, p.46) a cadeia produtiva da cultura é formada por diversos setores, cada qual com o seu papel e o seu trabalho distinto, fundamentais para a composição geral da área. Ele identifica a estrutura organizativa da cultura a partir da seguinte caracterização: criadores e produtores; organizações culturais; empresas investidoras; poder público; imprensa cultural; meio acadêmicos e, por fim, o público da cultura.

As políticas culturais devem compreender o sistema em sua totalidade articulada. Para Rubim as práticas sociais que compõem um sistema cultural são: a criação, inovação e invenção; a transmissão, difusão e divulgação; a preservação e manutenção; a administração e gestão; a organização; a crítica, reflexão, estudo, pesquisa e investigação e por sua vez a recepção e consumo pelo público em geral.

É preciso formar profissionais de diferentes perfis e qualificações, técnicos, gestores, produtores. Tal formação deve suprir as necessidades, de modo sistemático, de um mercado especializado que busca profissionais capacitados e qualificados. O campo não requer apenas profissionais que realizem seu trabalho somente de forma administrativa, mas agentes que possam contribuir para o crescimento cultural através da ampliação e aprofundamento do processo cultural.

A existência de políticas culturais nacionais e sistemáticas é condição necessária, mas não suficiente para a reversão deste panorama, pois é necessário não só de uma política nacional de fortalecimento das políticas e gestão públicas da

cultura, mas também uma política sistemática de formação de organizadores da cultura, em especial, de formuladores de políticas e gestores culturais.

No entanto, as mudanças recentes no cenário das políticas culturais no Brasil possibilitam uma reversão desta situação. O Estado cada vez mais passa a ter um papel mais ativo no campo da cultura, implementando um conjunto efetivo de políticas culturais. Neste contexto, é de extrema importância revisar a predominância da produção cultural, gerada pelo predomínio das leis de incentivo, sobre a gestão e a formulação de políticas culturais. A formação de formuladores de políticas e gestores culturais passa a ser estruturante para a efetividade das políticas culturais em construção.

Por estas questões observa-se a importância de se compreender como se configura o campo da organização cultural. Segundo a tipologia elaborada por Orozco (2006) a ação na área da gestão cultural possui três aspectos distintos sobre a cultura: o social, o administrativo e o artístico.

No aspecto social, o profissional seria um agente de transformação envolvido no processo de desenvolvimento do local em que está inserido, realizando uma série de atividades destinadas ao acompanhamento de processos de desenvolvimento social, tais como projetos de investigação, de capacitação e de desenvolvimento comunitário.

No aspecto administrativo, o profissional atuaria com a lógica de mercado, buscando desenvolver projetos de difusão cultural. Trabalhando ao lado da oferta e da demanda de serviços, buscando o desenvolvimento de projetos, como um administrador cultural no desenvolvimento das necessidades culturais, na análise de economia da cultura e na gestão de recursos e projetos culturais.

Por sua vez, para Orozco (2006), o profissional no aspecto artístico atuaria como mediador entre as manifestações artísticas e a sociedade desenvolvendo diversas ações de difusão e educação artística. Este profissional teria formação em alguma disciplina artística.

A formação de formuladores de políticas e gestores culturais passa a ser estruturante para a efetividade das políticas culturais em construção. O gestor

cultural é um dos profissionais indispensáveis ao setor cultural. Entre outras funções, compete a ele promover a produção de bens culturais, facilitar sua circulação e garantir o acesso público a esses bens.

O gestor cultural é o mediador entre os atores e as disciplinas que tornam possível a distribuição, a comercialização e o consumo de bens e serviços culturais. Este profissional também é o responsável por articular criadores, produtores, promotores, instituições e público para formar o circuito no qual as obras se materializam e adquirem seu sentido social.

Como destaca Nussbaumer: “a figura do agente cultural, do animador cultural, do mediador cultural ou outro nome que se queira chamá-lo, tornou-se uma exigência do público e da própria dinâmica cultural” (2000, p.43).

A figura do gestor em cultura começa a ter uma maior importância e espaço para o fomento cultural brasileiro e a sua profissionalização tornou-se imprescindível, tendo em vista as dinâmicas contemporâneas. Tal importância nasce da necessidade do próprio mercado cultural em ter intermediadores nos projetos, profissionais que tomassem o rumo das produções e fossem o elo entre quem incentiva e quem faz cultura.

A formação no campo da cultura não requer apenas profissionais que saibam exercer somente o seu ofício de forma técnica e administrativa. Várias gerações aprenderam de forma autodidata e intuitivamente no cotidiano de trabalho sem os conhecimentos específicos da cultura contemporânea entrelaçados as demais áreas do universo artístico e cultural.

O campo de formação em cultura, como também afirma Rubim, engloba os estudos em políticas culturais, gestão cultural e produção cultural. Para a profissionalização e capacitação dos profissionais do setor é necessária uma formação pautada na multidisciplinaridade que compõe o campo da organização cultural, pois além dos conhecimentos serem provenientes de diversas áreas de conhecimento, a própria cultura e seus estudos são multidisciplinares.

É fundamental o estudo das teorias da cultura; da pesquisa em cultura e suas metodologias de trabalho; das culturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

das culturas populares; das indústrias da cultura; da cultura de vanguarda e experimental; das políticas culturais; enfim, das interações entre cultura e sociedade.

O domínio de diferentes áreas de estudo permitirá ao profissional da cultura planejar e gerenciar suas atividades, identificando e potencializando as singularidades do seu campo de atuação. Cabe também a esses profissionais uma leitura crítica do sistema cultural local e global onde eles estão atuando. Bem como uma postura política a favor da democratização da fruição e da produção da cultura. A capacidade de observação e análise são elementos de grande importância para a função do organizador cultural dentro do local em que seu trabalho se realiza.

A importância da cultura enquanto instância de desenvolvimento social vem sendo reconhecida e discutida em decorrência da proliferação de estudos e práticas que levam em conta os seus diversos desdobramentos. A atuação no campo da cultura não pode ser restrita apenas aos aspectos intrínsecos da atividade cultural, pois se tornam insuficientes se são pensados fora de um contexto social concreto. Assim, esta atuação deve ter um claro posicionamento pela democratização da fruição e da produção da cultura, pelo acesso à formação e informação culturais para todos, bem como pela participação e conhecimento das políticas culturais.

4. DINÂMICA LOCAL: BARRA DO PIRAÍ

A formação de uma cidade é uma produção coletiva de múltiplos agentes sociais. O desenho urbano e as práticas sociais de determinada cidade são reflexos da dinâmica política e socioeconômica e é também um produto do contexto cultural no qual ele está inserido. Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é reflexo e condicionante social.

As práticas culturais de um povo são reveladas na sua forma de produzir, de organizar, de transformar seu espaço de vivência/apropriação. A morfologia urbana e as formas espaciais denunciam uma visão de mundo e elementos das especificidades do lugar. A forma de produção, apropriação, adaptação e morfologia do habitar são reflexos de um determinado contexto cultural construído historicamente.

A dinâmica e centralidades de cidades pequenas e médias têm uma ênfase progressiva nos debates contemporâneos, com destaque nas políticas públicas, incluindo as de planejamento urbano. O processo desordenado de urbanização a que temos vivenciado nas cidades do Brasil, atinge cada vez mais as cidades médias. A cidade de Barra do Piraí não foge a este processo de crescimento urbano. Cidade de médio porte vivencia nas últimas décadas um processo intenso de reorganização espacial, provocado pela mudança no uso e ocupação do espaço urbano. Além disso, destaca-se a necessidade do papel da cultura na elaboração de ações que contribuam para minimizar problemas do desenvolvimento local.

Devido ao maior desenvolvimento das cidades vizinhas à Barra do Piraí, a cidade sofreu de carências nos desenvolvimentos dos setores sociais e culturais. A identidade do município encontra-se diluída entre um passado rural e um presente que traz, aos poucos, a urbanização e com ela novas necessidades e demandas. Por sua vez, as cidades ao seu redor cresceram em diversos setores atraindo cada vez mais pessoas, fazendo com que Barra do Piraí ficasse alheia ao processo de desenvolvimento que também poderia sofrer.

Atualmente, grande parte dos moradores do município trabalha em outras regiões ou até em cidades vizinhas. Essa realidade faz com que muitos façam do

local uma cidade-dormitório ou seu refúgio de fins de semana, tornando-se alheios aos problemas do local.

Identificando os investimentos culturais na cidade, observa-se uma limitação nos projetos desenvolvidos, fator este que ocasiona uma estagnação no que diz respeito ao desenvolvimento turístico-cultural da cidade em comparação aos municípios vizinhos. A baixa formação técnico-profissional é um ponto crítico que também compromete o desenvolvimento socioeconômico da região. Há a inexistência de qualificação técnica no segmento histórico-cultural que limitam as condições necessárias para o desenvolvimento de ações e projetos voltados para o turismo e a cultura.

A população mais jovem desconhece seu passado histórico e muitas vezes não vivencia as especificidades do local, não somente pela falta de conjuntura e incentivo, como também por questões econômicas, por não possuírem condições financeiras para irem a outros lugares que possam proporcionar-lhes uma maior reflexão e contato com a cultura da região desatrelando assim, ainda mais a população de sua identidade local. A cidade tende ao distanciamento do desenvolvimento não só cultural, mas de tantos outros setores que possam fazer da mesma um local de grandes projetos e investimentos.

Através da vivência e observação social e cultural no município identificamos as aspirações, necessidades e potencialidades. Foi analisado e constatado um interesse da população no acesso ao setor cultural, mesmo que demonstrem não saber ao certo o que esse contato possa trazer de benéfico a eles.

Além da limitada presença efetiva de movimentos culturais, a população barrense encontra à disposição poucas opções de lazer e cultura. A cidade conta com um cinema recém inaugurado, bares e restaurantes, hotéis fazenda, fazendas históricas da época do Ciclo do Café, Igrejas e monumentos históricos, Centro de Artesanato Municipal e possibilidades de turismo ecológico. O município tem como principais eventos o Circuito de Outono: Café, Cachaça e Chorinho, que conta com a degustação do café e da cachaça produzidos na região, shows e um circuito cultural pelas cidades participantes do projeto; o Festival Vale do Café, composto por concertos nas fazendas históricas, shows e cursos de música e a tradicional

Exposição Agropecuária do Sul Fluminense, com shows, rodeios, feira de animais e comidas típicas. A cidade conta também com o recente Polo Audiovisual de Barra do Piraí, dentre suas ações, busca atrair produções audiovisuais para a cidade.

Diante do mosaico que forma a população de Barra do Piraí, o conceito de comunidade fica um tanto quanto perdido, assim como a ideia de pertencimento aparece bastante fragilizada. Não se encontra na população, a noção de identidade que poderia os unir em prol de um bem comum. As individualidades estão sobrepostas ao conceito de grupo. Os problemas, que variam de acordo com as classes sociais dos moradores, são ignorados na maior parte das vezes, sem tentativa de articulações.

Como afirma Bauman (2003), se a ideia de comunidade foi destruída, a de comunitarismo como "pertencer a" continua uma demanda em nossa sociedade. Essa demanda estaria orientada, segundo o autor, nas duas formas de autoridades possíveis no mundo contemporâneo: a autoridade dos especialistas – geralmente a classe que tem acesso aos bens culturais – e a autoridade numérica – em que o conceito de identidade como categoria "mental", por oposição a uma categorização econômica que já não dá mais conta de explicar a realidade, procura estabelecer marcos explicativos que dêem conta da multiplicidade dos entes sociais.

As consequências resultantes da desarticulação de sua organização em termos de comunidade culminam historicamente como substitutivo do conceito de "identidade", em que o pressuposto de ser diferente acaba gerando um processo de distanciamento, separação e divisão cada vez maior entre as pessoas. Argumenta Bauman (2003) que a dificuldade de trabalhar com essa categoria (identidade) está no fato de que não podemos, em um processo político, supor a superioridade ou a inferioridade de uns sobre outros. Mas também devemos levar em consideração que o reconhecimento como igual é inaceitável – uma crítica direta à postura multiculturalista. Ainda que essa crítica proceda em termos de argumentação lógica, cremos que o universo identitário que é o ponto de partida para a organização de inúmeras organizações não-governamentais tem sido relevante para constituição de comunidades, ainda que com inúmeras limitações, nos moldes sugeridos por Bauman.

Não podemos deixar de assinalar, como para os jovens das classes médias e altas, a cultura é apresentada com uma aventura para o conhecimento; um lugar de requinte para seu espírito, que amplia sua capacidade de escolha. Já para os jovens moradores das áreas populares e/ou de baixa renda, ela é principalmente tratada ou como prevenção à violência urbana ou como ação que visa “melhorar a auto-estima” e outras expressões semelhantes que ouvimos regularmente.

A cidade também tem sofrido com a falta de qualificação profissional no que tange a produção cultural local, o que acarreta em ações culturais fragmentadas que não contém diretrizes que possibilitem aos sujeitos históricos reconstruir sentidos e pensar de forma crítica e consciente.

Há uma carência local em oferecer acesso democrático e uma vivência em profundidade das mais variadas tendências de pensamento e convivência criativa no contexto cultural, que possam enriquecer esses jovens e adultos e transformá-los como cidadãos que possuam sua identidade local estabelecida e esclarecida.

A perspectiva local apresenta uma condição histórica esvaziada do sentido de processo, com criações culturais fragmentadas, que não comportam visões de mundo que permitam aos sujeitos históricos reconstruir sentidos e pensar criticamente sobre a realidade em que se inserem.

Desse modo, se torna necessário articular iniciativas culturais e produções teóricas, no sentido de uma conjugação entre teoria e prática que aponte de fato para a construção de uma prática cultural que se configure como uma alternativa para a população local, para que estas possam produzir reflexões teórico-práticas que se orientem para um avanço qualitativo e quantitativo da produção de experiências e lugares de fruição da cultura, bem como para a possibilidade de democratização do acesso aos processos de elaboração, criação e distribuição da cultura, entendido no seu sentido mais amplo e profundo.

Faz-se necessário criar uma rede cultural voltada para a valorização das manifestações culturais e artísticas dos moradores locais, respeitando sua diversidade, enriquecendo a cultura da cidade como um todo por meio de trocas e circulação de saberes, gostos, valores e práticas culturais. Entende-se desse modo,

portanto, cultura como política pública social e não apenas como lazer mercantilizado.

5. PROJETO

5.1 Apresentação

O projeto de *Formação de Agentes Culturais* apresenta-se como uma proposta de constituição de uma rede de articulação da produção cultural no município de Barra do Piraí. É de conhecimento que a produção cultural tem sofrido com a falta de uma qualificação que permita aos profissionais que trabalham com cultura disporem de meios de produzir alternativas para uma produção cultural que esteja vinculada aos desafios cotidianos da população local.

O fomento à produção artística e cultural no município, o estímulo à formação cultural da população, mediante oferta de cursos, workshops, seminários e atividades práticas, e a preservação do patrimônio cultural e histórico estão entre os principais objetivos da atuação do projeto.

O propósito é orientar o desenvolvimento de ações no campo da cultura, que ampliem o reconhecimento do cidadão e seu papel na construção da identidade local permitindo que eles tornem-se capazes de expandir suas práticas e que venham a adquirir um crescimento pessoal e profissional a partir desta intervenção. O projeto não é voltado somente para a produção cultural, mas também para a valorização da memória, reflexão crítica e qualificação/capacitação profissional.

As articulações e ações no campo cultural necessitam ser potencializadas para produzirem impactos e resultados de maiores proporções. Há uma necessidade de uma profissionalização das iniciativas culturais e de uma ampliação do acesso aos recursos públicos e privados que possibilitem realizações mais elaboradas e mais autônomas em relação aos grupos que dominam as produções nesses espaços. E ainda busca atender à demanda crescente de formação com vistas à criação de alternativas de inserção econômicas, assim como de organização desses produtores culturais.

O Projeto proposto pretende formar uma rede de atividades que se complementem e que se auto-sustentem. As atividades integradas buscarão aproximar participantes a um meio cultural e a uma reflexão ao processo histórico da cidade e da região que os façam interagir em um contexto enriquecedor no processo de criação em diversas áreas de forma democrática e acessível.

Visando fomentar o desenvolvimento sustentável na região, o projeto pretende atuar em parceria com entidades em âmbito local e regional, para que o conjunto de ações propostas promova o fortalecimento da cidadania e a valorização das tradições regionais permitindo assim a formação de redes.

5.2 Justificativa

A partir de demandas reais dessa população e de uma análise histórica e social, identificaram-se as carências e ações que necessitam ser potencializadas a fim de produzirem impactos e resultados de proporções significativas para o benefício de toda a comunidade barrense.

Faz-se necessário, portanto, a profissionalização das iniciativas culturais, assim como a estruturação do acesso aos recursos públicos e privados viabilizando ações concretas nos campos da cultura. Ações estas que devem ampliar o reconhecimento do papel dos moradores na construção da identidade da cidade, dando prioridade ao fortalecimento de expressões culturais já existentes, nem sempre reconhecidas como práticas culturais.

Surge daí a importância de fortalecer e articular a produção cultural local, no sentido de torná-la alternativa econômica e de vida para essa população. Busca-se, através de uma economia cultural alternativa, oferecer opções de formação profissional e renda para os artistas e produtores culturais. Essas iniciativas serão baseadas no mapeamento da produção cultural do município de Barra do Piraí, respeitando sua diversidade e pluralidade. Esse projeto não é resultado de uma ideia desvinculada das demandas concretas dessa população, nem tão pouco de uma construção recente e fragmentária, mas de tessituras que vão ser produzidas entre os artistas e produtores culturais locais, produzindo experiências que buscam equacionar as complexas e diversas demandas existentes.

As atividades do projeto de Formação de Agentes Culturais serão oferecidas aos moradores do Município de Barra do Piraí e acontecerão no SENAC Rio, Unidade Barra do Piraí. Deve-se oferecer o conhecimento e as técnicas de produção como forma de explorar ainda mais as capacidades criativas a articularem ações empreendedoras através da cultura, deixando para a cidade uma metodologia de mobilização social, bem como desenvolver atividades auto-sustentáveis. Sendo

possível dinamizar a economia dessa localidade, permitindo que as ações desenvolvidas possam ser fonte de renda e emprego, viabilizando também a formação de redes culturais pela região, a valorização histórica e cultural da região do Vale do Café Sul Fluminense, o diagnóstico do perfil social e cultural local, ações estratégicas voltadas para as necessidades locais e principalmente o fomento as políticas públicas para a cultura.

Além da relevância, o projeto se mostra viável, pois será articulado com as iniciativas que já estão em curso na localidade. A partir dele, espera-se que a produção cultural local possa se multiplicar e ganhar uma maior organização, capaz de potencializar seus efeitos. O projeto traz também inovação ao trabalhar com a concepção de rede, o que permite o empoderamento tanto de indivíduos quanto de coletividades em uma direção comum.

5.3 Objetivos

5.3.1 *Objetivo geral*

Fomentar a formação e consolidação de ações que articulem as iniciativas culturais desenvolvidas no município de Barra do Piraí, com a intenção de criar condições para a produção e fruição de bens culturais, ampliando o reconhecimento do cidadão e seu papel na construção da identidade da cidade.

5.3.2 *Objetivos específicos*

- Qualificar e capacitar agentes culturais através do projeto de Formação de Agentes Culturais.
- Contribuir na construção de alternativas de geração de emprego e renda para os moradores do município de Barra do Piraí e para o desenvolvimento cultural e social.
- Iniciar junto aos moradores um processo de reflexão e resgate histórico para uma construção de uma identidade local através de atividades culturais.
- Promover o acesso de jovens e adultos ao conhecimento das diversas áreas ligadas à cultura, ao planejamento cultural e aos fundamentos dos meios de expressão.
- Diagnóstico social e cultural; aspirações, necessidades e potencialidades da produção cultural do município.

- Fomento de Políticas Públicas de Cultura para o município de Barra do Piraí;
- Incentivar a formação de uma rede composta pelos produtores culturais, artistas e demais profissionais do setor cultural do município.
- Apropriação e revitalização do Centro Cultural de Barra do Piraí através do planejamento de ações estratégicas.

5.4 Localização

O Projeto será realizado no município de Barra do Piraí, localizado ao sul do estado do Rio de Janeiro, com aproximadamente 95 mil habitantes. O município é conhecido como Pérola do Vale por sua importância econômica no passado. Durante o período colonial, a região onde se encontrava o município, o Vale do Paraíba, teve importante papel na mineração e posteriormente no ciclo do café. E, também, por sua favorável localização, tornou-se o principal centro comercial da região. Barra do Piraí orgulha-se por ter sido o maior entroncamento ferroviário da América Latina, dando acesso aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Com o passar dos anos, a cidade sofreu um grande declínio econômico. Dentre os fatores que influenciaram esse declínio da liderança econômica de Barra do Piraí no Vale do Paraíba, podemos destacar a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (sendo a maior indústria siderúrgica do Brasil e da América Latina e uma das maiores do mundo) e o crescimento da cidade vizinha de Volta Redonda. Tornando assim, Barra do Piraí uma cidade dormitório.

Podemos também ressaltar a construção da Rodovia Presidente Dutra, fazendo com que o transporte para o Vale do Paraíba deixasse de ser apenas ferroviário, como até então, e a extinção dos trens de passageiros em 1961, que traziam os compradores das cidades vizinhas. A cidade teve seu comércio diminuído e perdeu sua importância econômica. Porém, Barra do Piraí ainda é um município importante para o Vale do Paraíba.

O projeto será realizado no SENAC Rio, Unidade de Barra do Piraí. A instituição é reconhecida no mercado por prestar serviços de formação profissional em diversas áreas de conhecimento, como administração, comunicação, turismo e hotelaria, entre outros. A Unidade Barra do Piraí disponibiliza de uma infra-estrutura

adequada para o desenvolvimento do projeto com equipamentos multimídias, laboratórios e salas amplas.

5.5 Público alvo

Jovens e adultos produtores culturais, artistas e profissionais da área cultural da cidade de Barra do Piraí.

5.7 Orçamento

Orçamento físico-financeiro						
1- Etapas	2- Descrição das etapas/fases	3- Quantidade	4- Unidade	5-Qt de unidades	6-Valor Unitário	7-Total da linha
1	PRÉ-PRODUÇÃO/PREPARAÇÃO					
1.1	Aluguel espaço	1	meses	11	1.000,00	11.000,00
TOTAL DE PRÉ-PRODUÇÃO/PREPARAÇÃO						11.000,00
2	PRODUÇÃO/EXECUÇÃO					
2.1	Diretor de produção	1	meses	11	2.200,00	24.200,00
2.2	Produtor executivo	1	meses	11	1.700,00	18.700,00
2.3	Assistente de produção	4	meses	11	800,00	35.200,00
2.4	Professores	4	meses	6	2.000,00	48.000,00
TOTAL DE PRODUÇÃO/EXECUÇÃO						127.800,00
3	DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO					
3.1	Design Gráfico	1	serviço	1	3.000,00	3.000,00
3.2	Banner (4x2m)	1	impressão	1	500,00	500,00
3.3	Folders	1.500	impressão	1	0,60	900,00
3.4	Cartazes	200	impressão	1	1,80	360,00
3.5	Camisetas	35	impressão	1	9,00	315,00
3.6	Distribuição de material gráfico	1	serviço	1	800,00	800,00
TOTAL DE DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO						5.875,00
4	CUSTOS ADMINISTRATIVOS					
4.1	Coordenador	1	meses	11	3.500,00	38.500,00
4.2	Administração e contabilidade	1	meses	11	2.000,00	22.000,00
4.3	Assessoria jurídica	1	meses	11	4.000,00	44.000,00
4.4	Material de consumo de escritório	1	meses	11	200,00	2.200,00
TOTAL CUSTOS ADMINISTRATIVOS						106.700,00
5	IMPOSTOS/RECOLHIMENTOS					
5.1	Tarifa manutenção conta bancária	1	verba	1	500,00	500,00
TOTAL IMPOSTOS /RECOLHIMENTOS						500,00
TOTAL DO PROJETO						251.875,00

5.8 Metodologia

As aulas do curso de Formação de Agentes Culturais serão oferecidas gratuitamente aos jovens e adultos do Município de Barra do Piraí e acontecerão no SENAC Rio, Unidade Barra do Piraí, ao longo de um período de 06 meses, começando a partir de março de 2014, serão oferecidas 30 vagas.

As aulas teóricas serão ministradas por profissionais especializados das respectivas áreas de conhecimento. Elas deverão articular os conteúdos necessários para o cumprimento dos objetivos do projeto com as experiências em produção cultural trazidas pelos participantes, reservando sempre um tempo de aula para debates e trocas. Ao longo do desenvolvimento do curso, somando-se as aulas teóricas, acontecerão workshops, seminários e atividades práticas visando uma formação multidisciplinar e completa.

Por meio de um conjunto de conteúdos programáticos que alicercem a construção de uma formação qualificada e sintonizada com as dinâmicas culturais da sociedade contemporânea, os temas essenciais a serem tratados na formação dos agentes serão:

- Contemporaneidade e dinâmicas locais da cultura;
- Manifestações das culturas locais, regionais, nacionais e globais;
- Culturas e identidades;
- Estudos da cultura;
- Leitura e crítica da cultura;
- Políticas culturais (inclusive legislação e direitos culturais);
- Gestão / administração da cultura;
- Cultura e desenvolvimento;
- Economia da cultura;
- Orçamento e finanças em cultura;
- Elaboração de projetos em cultura;
- Produção cultural;
- Divulgação e marketing culturais;
- Cooperação e intercâmbio culturais;
- Consumo, públicos e mercados culturais;
- Pesquisa em cultura;
- Seminários de temas atuais em cultura e

- Oficinas temáticas em cultura.

As disciplinas buscam oferecer o conhecimento específico, aliado ao incentivo da reflexão. As questões colocadas em cena serão as trazidas de dentro da realidade dos jovens incentivando sempre o resgate histórico. Para isso, será extremamente importante o grupo de discussão ao final de cada aula. Visando incentivar o interesse e a presença nesses encontros, as aulas terão suas temáticas atreladas ao desenvolvimento e resultados das discussões. Como requisito para obtenção do certificado de participação no curso de formação, os participantes deverão desenvolver um artigo acadêmico de aproximadamente 15 laudas.

Será feita ampla divulgação na cidade por meio de cartazes, panfletos, banners, nas escolas de ensino médio, universidades, igrejas, associações e demais estabelecimentos do local.

O projeto prevê o mapeamento dos hábitos e práticas culturais dos moradores locais através do processo de pesquisa elaborada pelos participantes, sendo eles os protagonistas e executores da mesma. Este processo é importante para a proposta do projeto, uma vez que, é a partir dele que os participantes estarão conhecendo e construindo a identidade do seu território para a elaboração de ações e projetos culturais tendo como referência a realidade sócio-cultural existente.

Como consequência das ações geradas pelas atividades, pretende-se revitalizar e apropriar o Centro Cultural de Barra do Piraí, que, atualmente, encontra-se desativado para concentração das atividades elaboradas pelos educandos do projeto.

A avaliação do projeto pelos participantes e pela equipe será processual e analítica e se dará durante toda a realização do projeto, contendo dados da execução do mesmo, cumprimento das metas e alcance dos objetivos. O diálogo sobre os problemas e sucessos, impactos, comunicação, dificuldades e a organização serão fundamentais para o êxito dos objetivos propostos. Como avaliação final, teremos a elaboração do relatório final sobre o desenvolvimento das atividades e dos resultados esperados. Além dos relatórios elaborados pela equipe, produziremos documentos com a avaliação dos alunos, elaborados a partir da aplicação de questionários individuais.

5.9 Resultados esperados

Através do projeto proposto, pretende-se fomentar a formação e consolidação de ações que articulem as iniciativas culturais desenvolvidas na cidade de Barra do Piraí. O projeto pretende viabilizar não só o investimento através das atividades oferecidas como estimular os poderes locais a investirem cada vez mais no setor cultural local através do desenvolvimento de políticas públicas culturais através da qualificação e capacitação de agentes culturais.

A partir das ações desenvolvidas pelo projeto, espera-se contribuir na construção de alternativas de geração de emprego e renda para os moradores do município de Barra do Piraí e para o desenvolvimento cultural e social. Bem como traçar o diagnóstico social e cultural com suas aspirações, necessidades e potencialidades da produção cultural do município e da região.

O impacto esperado inclui em renovar o cotidiano desses moradores, investindo no resgate histórico através da cultura e na reflexão do presente, propondo a aprendizagem do trânsito, do diálogo, do reconhecimento das diferentes riquezas do local e a possibilidade do entrecruzamento fértil de diferentes atividades. Espera-se também o envolvimento e a participação desses agentes culturais, como sujeitos atuantes no processo de crescimento do setor cultural do município e da região.

O projeto também irá promover o acesso de jovens e adultos ao conhecimento das diversas áreas ligadas à cultura, ao planejamento cultural e aos fundamentos dos meios de expressão, criando condições para a produção e fruição de bens culturais, ampliando o reconhecimento do cidadão e seu papel na construção da identidade da cidade por meio de um processo de reflexão e resgate históricos.

Através das ações propostas, o projeto visa incentivar a formação de uma rede composta pelos produtores culturais, artistas e demais profissionais do setor cultural do município para articular o desenvolvimento social e cultural da cidade.

O projeto culminará na apropriação e revitalização do Centro Cultural de Barra do Piraí através do planejamento de ações estratégicas que atualmente encontra-se fechado.

6. CONCLUSÃO

Diante dos fatos apresentados, observa-se que no Brasil não se desenvolveu uma preocupação mais abrangente com a formação de profissionais especializados na área de organização da cultura. Não se constituiu no país uma tradição que fizesse emergir a gestão cultural, enquanto campo específico estimulado pela atuação e pela demanda do Estado nacional.

Também é de fácil observação que o panorama das políticas públicas para a formação em organização da cultura não traz muitas perspectivas práticas para a melhoria do campo, que inscreve inclusive o âmbito dos formuladores de políticas culturais – além dos aspectos da gestão e da produção. É preciso formar profissionais com capacidades de reflexão sobre a sua área e que o campo cultural tenha em vista a sua crescente profissionalização e crescimento. É preciso formar agentes culturais que possam contribuir para o crescimento cultural, sabendo atuar de forma eficaz no seu campo.

O governo deve enfrentar o tema da formação e organização do setor cultural com a atenção e a grandeza que ele exige. Encaminhamentos razoáveis para a questão podem ser a formulação e a implementação de um programa nacional de formação e qualificação em cultura, com base no mapeamento sistemático da situação da capacitação no país como já iniciaram alguns estudos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade líquida de Zygmunt Bauman. **Folha de S. Paulo**, 19 out. 2003. Caderno "Mais!", p. 5.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BRANT, Leonardo. **Mercado Cultural**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CALABRE, Lia. Política Cultural no Brasil: Um Histórico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 6., Salvador, 2005. **Anais....**

_____. Políticas públicas culturais de 1924 a 1945: o rádio em destaque. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, 2003. p.161-181

_____. Profissionalização no campo da gestão pública da cultura nos municípios brasileiros: um quadro contemporâneo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, São Paulo, n.6, jul./set. 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. Definiciones em transición. In: MATO, Daniel (org.) **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales em tiempos de globalización**. Buenos Aires, Clacso, 2001. p.65

CHAUÍ, Marilena. **Cultura Política e Política Cultural: Estudos Avançados**, 1995.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.23-33

CUNHA, Maria Helena Melo da. **Gestão cultural: profissão em formação**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MCGUIGAN, Jim. **Cultura e Esfera Pública**. s.l.: s.n., 1996, p.1.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. **O mercado da cultura em tempos (pós) Modernos**. Santa Maria: EdUFMS, 2000.

OROZCO, José Luis Mariscal. Formación y capacitación de los gestores culturales. **Revista Apertura**, Guadalajara (México), v.6, n.4, 2006.

RUBIM, Albino; BARBALHO, Alexandre (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2007.

_____. **Políticas culturais no Governo Lula**. Salvador: EdUFBA, 2010.

_____. Marketing cultural. In: RUBIM, Linda (org.) **Organização e produção da cultura**. Salvador, EdUFBA, 2005.

_____. Políticas culturais do Governo Lula – Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio A. Canelas; BAYARDO, Rubens (Org.). **Políticas culturais na Ibero-América**. Salvador: EdUFBA, 2008.

_____. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio A. Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EdUFBA, 2007.

_____. Canelas. Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil. **Organicom**, v.7, n.13, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, jul./dez. 2006, p.20-45.

ANEXO: Centro Cultural de Barra do Pirai



Foto: Isabela Kassow/Diadorim Ideias

O prédio da antiga estação ferroviária de Barra do Pirai foi inaugurado em 7 de agosto de 1864, com a presença do imperador D. Pedro II. Fazia parte da primeira linha construída pela Estrada de Ferro II, que a partir de 1889 passou a ser chamada de E. F. Central do Brasil. A estação de Barra do Pirai foi criada para ser o maior entroncamento de trens do país. Em 1928, 16 trens diários faziam a ligação da cidade com o Rio de Janeiro. Até 1996, passava por ali o Barrinha, trem de passageiros e cargueiro que fazia o trajeto Barra do Pirai x Japeri, no pé da Serra das Araras.

Após a privatização o edifício da estação foi cedido à Prefeitura de Barra do Pirai, que nele instalou um centro cultural. Atualmente o Centro Cultural encontrasse fechado. O estado geral de conservação é regular, necessitando apenas de pequenos reparos. O edifício se localiza no centro do município de Barra do Pirai, com fácil acesso.